

## Economia e Sociedade: Mercado e mercadores na Atenas Clássica

*Gabriel da Silva Melo*

*(NIEP Pré-K – UFF / NEREIDA – UFF)*

*melohistuff@yahoo.com.br*

Desde o século XIX, momento em que a Economia se (auto-) firmou como ciência, a necessidade de explicar os antecedentes econômicos do capitalismo surgiu com um duplo caráter: por um lado construir um corpo de conhecimento suficientemente amplo para a ciência que então havia nascido, por outro – este nem sempre de maneira consciente – fazer a apologia do sistema político, econômico, cultural e social que a ciência econômica supunha explicar, muito embora fosse mais adequada apenas para gerencia-lo: o capitalismo, principalmente com os contornos atingidos através da revolução industrial.

A querela entre primitivistas – aqueles que viam a Economia Antiga como um aspecto secundário das sociedades antigas, com características rudimentares, primitivas, se comparadas às da moderna economia capitalista – e modernistas – que, pelo contrário, acreditavam que a Economia Antiga, guardadas as óbvias proporções quantitativas, por conta, principalmente, das diferenças demográficas, jogavam um papel fundamental nessas sociedades, equiparável, portanto àquele da economia moderna – começa a tomar corpo justamente no fim do século XIX, através dos trabalhos de Karl Bücher e Eduard Meyer, respectivamente; e de seus continuadores. (cf. Bresson, 2007; Cartledge, 1983). Essas disputas, que tinham como campo a Grécia Antiga, estavam baseadas, apesar da aparente oposição diametral, nos mesmos pressupostos teóricos, pensados na e para a nascente economia moderna, capitalista, pelos, então filósofos que foram a base das Economias Clássica e Neo-Clássica: Adam Smith e Ricardo. As considerações feitas por esses autores (os quais, posteriormente, Karl Marx viria criticar), que se confundiam ainda entre um pensamento econômico proto-científico e tratados de moral burguesa, foram estendidas, inescrupulosamente, para situações históricas muito anteriores – no caso, a Grécia Antiga. Seja para negar a existência de uma economia “moderna” na antiguidade clássica, seja para afirmá-la, os primeiros protagonistas dessa disputa partiram de um mesmo arcabouço teórico que, no limite, julgava natural que os homens agissem, desde sempre, da maneira como agiam nessa Europa que testemunha a imposição do capitalismo como modo-de-produção universal. (cf. Melo, 2010; Wood, 2003).

Ao longo do século XX, no entanto, dois autores faziam contribuições fundamentais para a sofisticação dessa discussão. O sociólogo alemão Max Weber e o antropólogo húngaro Karl Polanyi. No tocante ao presente trabalho, cabe destacar, unicamente, as principais contribuições de cada um deles. Max Weber consolidou, no início do século XX, a noção de “institucionalização”, ou seja, a percepção de que determinado aspecto da vida era percebido pelos homens de uma mesma e determinada maneira, tornando-se assim algo mais do que mero resultado de ações individuais determinadas apenas psicologicamente. Polanyi, por sua vez, anos mais tarde, já em meados do século XX, introduziu na Antropologia a noção de “economia substantiva”, à qual ele opunha uma



**O** Encuentro Internacional de  
Historiadores Jóvenes sobre  
Sociedades Precapitalistas

**La Plata, 29 y 30 de Agosto de 2011**

Centro de Estudios de Historia Social Europea  
Facultad de Humanidades y Cs. de la Educación. UNLP

Economia “formalista”, praticada pelos economistas, historiadores e antropólogos de então. Segundo Polanyi, os aspectos que eram entendidos como “econômicos”, em sociedades pré-modernas (ou seja, pré-capitalistas) estavam embutidos (*embedded*) em outras esferas da vida social, como a religião e a política e, portanto, só se podia estudar a economia dessas sociedades através do estudo das instituições sociais que constituíam essas outras esferas. A querela “substantivistas x formalistas”, nascida na Antropologia e logo incorporada pela História, se configurou como um debate paralelo à disputa entre primitivistas e modernistas, muitas vezes permeando este último, mas nunca se sobrepondo totalmente. (cf. Bresson, 2007; Melo 2010; Meikle, 2002).

Após esse panorama, tão necessário que sempre é reapresentado nos livros que tratam da Economia Antiga, é possível entrar no assunto que, de fato, dá título desta comunicação.

Em 1933 – portanto antes das contribuições polanyianas – para o debate, Johannes Hasebroek, historiador alemão, teve traduzida para o inglês uma obra que, até hoje, se mostra incontornável nos estudos da economia grega antiga em geral, e da atuação do mercador nessas sociedades, em particular. *Trade and Politics in Ancient Greece* é um livro declaradamente influenciado pelas contribuições de Max Weber e, notadamente, primitivista. Hasebroek começa o livro com uma tipologia do mercador grego<sup>1</sup> indivíduo que se dedicava exclusivamente à atividade comercial e vivia, portanto, apartado da atividade produtiva nesta sociedade. A importância que Hasebroek dedica à questão do *status* do mercador, identificando-o com os metecos (estrangeiros residentes que não tinham acesso à cidadania e à propriedade imóvel, mas apenas a parte dos direitos políticos) em oposição aos cidadãos, esses sim, dedicados à atividade política e de manutenção da boa ordem e desenvolvimento da *pólis*, é sintomática. A herança weberiana realmente se faz presente e a principal preocupação do livro de Hasebroek é descrever a relação entre as instituições poliades e a atividade comercial. Hasebroek, portanto, conclui aquilo que já estava pressuposto: *pólis* e comércio, apesar de interagirem de alguma forma, são conceitos necessariamente exteriores um ao outro. A *pólis*, domínio do político, portanto do cidadão, prepondera sobre o comércio, domínio do meteco, do estrangeiro, do outro, se valendo dele apenas naquilo que interessa ao corpo dos cidadãos, que sempre se preocupa apenas em controlar os desenvolvimentos deste mal-não-tão-necessário. (cf. Hasebroek, 1933).

Moses Finley, em *A Economia Antiga*, já em profundo diálogo com as idéias polanyianas acerca da economia substantiva, diz: “*é óbvio que estou de acordo em que temos o direito de estudar tais economias, de colocar questões sobre essas sociedades que os próprios antigos nunca colocaram. (...) [No entanto] a linguagem e os conceitos econômicos a que todos nós, mesmo os leigos, estamos acostumados, (...) tendem a arrastar-nos para uma falsa perspectiva*”. (Finley, 1980: 27). Finley rebate aqui uma tendência modernizante que, apesar do trabalho de Hasebroek, ainda tinha grande apelo na historiografia da primeira metade do século XX. A tendência de enquadrar a economia antiga nos mesmos termos da economia moderna ainda era marcante. A obra de Finley, no entanto, conseguiu estabelecer uma verdadeira ortodoxia nesse campo de estudos. (cf. Cartledge, 1983). A influência do modelo finleyiano de análise, muito preocupado com a filologia,

---

<sup>1</sup> *Kapelos*, o mercador dos mercados locais; *naukteros*, o dono de navios mercantes; *emporos*, o mercador dedicado ao comércio estrangeiro que não tem o seu próprio navio. Hasebroek observa que a oposição, ao longo do tempo, se resume a *kapelos*, como o mercador local e *emporos*, como mercador dedicado ao comércio externo, pois a maioria destes mercadores não tinha mesmo a posse de um navio e, portanto, a distinção entre *naukteros* e *emporos* caiu em desuso, tendo em vista que, na prática, o *naukteros* era, ele mesmo, um *emporos*.

a lexicografia dos antigos e as instituições historicamente determinadas, foi determinante para o estabelecimento do primitivismo-substantivismo como posição hegemônica nos debates acerca da economia antiga. Sendo assim, o comércio foi, de fato, relegado a uma posição secundária nessas sociedades, vistas como sendo regidas por lógicas outras.

Esta posição se manteve até os anos 80, quando começou a ser frontalmente atacada, passando a constituir lugar-comum fazer críticas a Moses Finley a partir dos anos 90, após artigo devastador de Jean Andreau (cf. Andreau, 2002). Os escritos de Douglas C. North, que trouxeram as contribuições da sociologia weberiana para a ciência econômica, passaram a exercer grande influência a partir de meados dos anos 80 e, principalmente 90. O Neo-Institucionalismo, como ficou conhecida essa corrente teórica profundamente influenciada pelo Nobel de Economia North, introduziu na Economia, ainda marcadamente Neo-Clássica, o conceito de “custo” derivados da limitação, imposta pelas instituições sociais, às ações dos indivíduos na esfera econômica (cf. Bresson, 2007). O Neo-Institucionalismo, portanto, se apresentou como a ferramenta essencial, aquela que faltava aos historiadores para que pudessem abordar as realidades históricas do passado (mesmo de um passado recente) através do arcabouço conceitual da Economia Neo-Clássica, mas evitando os reveses generalizantes e naturalizantes da realidade capitalista que vinham embutidos em tal arcabouço. Alain Bresson, por exemplo, considera que o Neo-Institucionalismo superou os debates estéreis entre primitivistas/modernistas e substantivistas/formalistas, dando conta tanto dos aspectos gerais de Economia quanto dos aspectos particulares de História, entendida aqui como uma História das Instituições.

Do século XVIII, se considerarmos os tratados de filosofia moral que influenciaram a ciência econômica, até este início de século XXI, as contribuições da Economia para o estudo da História, particularmente da História Antiga, são vastamente documentadas, geraram debates que já são mais do que centenários e continuam a ensejar a entrada de novos pesquisadores na peleja. Um vazio, porém, salta aos olhos justamente pela sua ausência: o marxismo. No século XIX, Karl Marx fez críticas fundamentais à Economia Política, à ciência Econômica, aos autores que, ainda hoje, moldam o fazer historiográfico com relação à História Econômica, a produção de conhecimento em Economia e, logicamente, a ideologia das classes dominantes. As críticas de Marx, devastadoras o suficiente para inspirar gerações de seguidores que se colocaram como tarefa histórica a derrubada do capitalismo (podemos até chamar de “modo de vida capitalista”) a partir de determinado momento foram, simplesmente, esquecidas. A partir da derrocada do sistema soviético, que culminou com sua queda em 1991, o marxismo, tido como a ideologia correspondente àquela formação econômico-social (por incrível que pareça, uma visão típica do marxismo ortodoxo que foi introjetada por seus detratores à medida em que convinha), veio abaixo junto com o regime iniciado em 1917.

A superação dos debates seculares não pode ser realizada a menos que se corrija a injustiça histórica, pautada exclusivamente por preferências e preconceitos ideológicos e se recoloca no debate as idéias tão influentes de Marx e Engels, que foram e continuam sendo, relegadas à discussão interna entre aqueles que as tomam para si como sendo de fundamental importância para a explicação do desenvolvimento das sociedades ao longo da História. À luz dessas considerações podemos, então, tratar de alguns becos sem saída que atualmente existem na Economia Grega Antiga, principalmente no tocante às questões de comércio.

David Tandy, em *Warriors into Traders* (Tandy, 1997), se configura como uma das raras exceções ao quadro anteriormente estabelecido. Através de uma análise dos poemas homéricos e hesiódicos, o autor, um polanyiano convicto, tenta explicar a transformação de uma sociedade regida pela lógica do dom e contra-dom (a Grécia da chamada “Idade das Trevas”, séculos X-IX, mais ou menos) em uma sociedade na qual o mercado tem um papel fundamental (a Grécia Clássica, séculos V-IV). O período arcaico, que vai de meados do século VIII ao século VI, é encarado pelo autor como o *turning point*, a situação histórica que contém a chave explicativa para a transformação de uma sociedade. O autor dá conta dos processos de luta de classes que se desenvolvem a partir da queda dos palácios micênicos, demonstrando como o vácuo de um poder central foi importante para o estabelecimento de disputas entre aristocracias locais que acabaram dando forma a uma economia baseada em sistemas redistributivos, característica do período arcaico. A partir desse quadro, com o contato externo crescente das comunidades gregas da Idade das Trevas com outras populações, gregas ou bárbaras, a luta pelo estabelecimento das aristocracias e a necessidade de demonstração de diferenciação social deram brecha para que novas formas de riqueza penetrassem nessas comunidades anteriormente mais ou menos isoladas umas das outras. A penetração dessa riqueza, segundo o autor, cria novas necessidades para a continuidade da reprodução social dessas aristocracias, que, já mais estabelecidas no período arcaico, passam a se desresponsabilizar da redistribuição, levando a uma situação de deflagrada luta de classes entre os camponeses, cada vez mais empobrecidos, submetidos à aristocracia desobrigada com a comunidade e, portanto, insatisfeitos e incapazes, inclusive, de se reproduzirem enquanto classe. Determinados grupos de pessoas, bastante heterogêneos – com grande envolvimento de egressos do seio aristocrático – passam, então a se dedicar às atividades mercantis, e a viver nas franjas desse sistema, sendo responsáveis pela circulação da riqueza que, agora, em vez da exclusividade do *status* que vigia até então, configura a posição aristocrática como superior nessa sociedade. Apesar de a explicação conter uma lógica interna bem elaborada, Tandy incorre nos mesmos problemas da maioria dos substantivistas: ele descreve o processo, mas não o explica. As perguntas respondidas sempre começam com “como” e não com “por que”.

Ellen Meiksins Wood, em seu *Peasant-Citizen & Slave* dialoga com outro importante autor marxista, G. E. M. de Ste. Croix. Do embate desses dois autores emerge a imagem de uma sociedade grega clássica como uma sociedade que vive sob um regime camponês. Através dos processos de lutas de classes, camponeses impõe, historicamente, à aristocracia, uma derrota – traduzida institucionalmente nas leis de Sólon e, posteriormente Clístenes – que vai marcar toda a vida da democracia ateniense nos séculos V e IV. Camponeses e aristocratas passam a compartilhar o mesmo *status*, o de cidadãos, configurando, igualmente, o corpo que decide os destinos da *pólis*. (cf. Wood, 1988; Ste Croix, 1981). É na consideração dessa situação histórica que deveriam se desenvolver todas as discussões acerca da produção e circulação de mercadorias no período clássico, mas as abordagens atualmente hegemônicas na historiografia muitas vezes desconsideram que os homens são, na realidade, “os homens históricos reais”. (Marx & Engels, 2007: 30)

A infinidade que configura o rol de trabalhos influentes acerca da economia grega nos últimos anos, parece se dividir em duas vertentes não-explicativas da História: uma pulverização das narrativas históricas, quase sempre influenciadas por uma leitura distorcida de Karl Polanyi<sup>2</sup> e

<sup>2</sup> A obra de Karl Polanyi é de fundamental importância no avanço do conhecimento acerca das relações econômicas na antiguidade. Porém, de nada adianta considerar apenas as tipologias propostas pelo autor húngaro, tentando encaixá-las nos contextos históricos específicos, ou apenas fazer uma consideração sobre a noção de “economia substantiva” como

uma História das Instituições que de nada servem se o seu objetivo é buscar as limitações que as relações sociais específicas de cada sociedade impuseram ao desenvolvimento da economia moderna, do capitalismo.

Uma das características mais marcantes da atual historiografia acerca do papel do comércio na Grécia Antiga é a de que não há consensos. A História é uma ciência que se caracteriza pelo dissenso, pelo embate de interpretações, pela divergência. Mesmo as explicações acerca do mundo contemporâneo, para o qual temos fontes de sobra e teorias feitas e refeitas quase na mesma quantidade, divergem o suficiente para que algumas vezes, há poucos anos, tenham se levantado contra o estatuto científico da História. É absurdo, no entanto, discordar de que vivemos em um mundo globalizado, capitalista, que há determinados embates políticos e sociais (por mais que as interpretações das causas, consequências e nuances dessas constatações possam divergir). Acerca da Economia Grega antiga é possível, por exemplo, afirmar que a importação de grãos era essencial para a sobrevivência da democracia ateniense (cf. Whitby, 1998) e, pelo contrário, partindo-se das mesmas fontes, dizer que democracia não dependia desta importação de grãos de outras partes do Egeu, Mar Negro e/ou Mediterrâneo (cf. Garnsey, 1989). Nos termos em que se desenvolve a historiografia acerca da Economia da Grécia Antiga hoje, não é possível descrever com alguma clareza os fenômenos da *pólis*, muito menos explicá-los.

Alain Bresson, em um artigo sobre a figura do mercador, critica a posição excessivamente primitivista de Hasebroek, relativiza o preconceito que havia em relação a esses indivíduos e aponta que havia mesmo mercadores bastante ricos e que até recebiam cidadania ateniense por terem prestado serviços de abastecimento de grãos à cidade em tempos difíceis (cf. Bresson, 2003). E parece ser essa a visão dominante atualmente na historiografia. A de que, ao contrário do que Hasebroek dizia, “*os mercadores eram necessários para garantir um nível suficiente de conectividade, o qual serviria tanto a interesses pessoais (...) quanto ao da comunidade-Estado (...).*” (Bresson, 2003: 162). É possível confiar nessa descrição? Bresson parte do pressuposto de que o comércio era fundamental para essa sociedade. E se assim fosse, de fato, talvez essa descrição nos ajudasse a compreender melhor o funcionamento dela. No entanto, Neville Morley, fazendo um balanço do comércio na antiguidade afirma: “*Mesmo no auge do Império Romano, muitos dos bens que navegavam pelo Mediterrâneo permaneceram fora do mercado.*” (Morley, 2007: 91). Se em uma sociedade notadamente mais mercantilizada que a grega ainda é possível fazer esse tipo de afirmação, com que certeza pode-se afirmar a centralidade do comércio na democracia ateniense?

A democracia ateniense em particular, mas as *pólis* gregas em geral, são caracterizadas pela autarquia. A busca pela independência política, sempre atrelada a uma capacidade econômica de reprodução social desvinculada e outras cidades é retratada de diversas maneiras em Aristóteles, Platão, dentre outros filósofos. O que não podemos perder de vista é o caráter específico de cada um desses textos. Na democracia ateniense a realidade quotidiana, a realidade política não condizia necessariamente com as opiniões dos filósofos, inseridos que estavam nas tensões e disputas sociais daquele tempo. Apesar de apenas os cidadãos atenienses gozarem de todos os direitos políticos e civis da constituição dos atenienses, a cidade, ao menos enquanto espaço, era local compartilhado

---

se fosse um pedido de licença para o que vem a seguir: a constatação de que “de noite, todos os gatos são pardos”, ou seja, tudo são relações econômicas, cada uma das quais pautada por uma grade institucional específica. De nada serve um inventário das relações econômicas nas mais diversas sociedades pré-capitalistas se cada caso é apenas um caso específico e isolado.

por todos, da aristocracia aos artesãos, comerciantes, camponeses que vinham negociar seu excedente, adquirir produtos necessários na ágora, etc.

De acordo com textos remanescentes de oradores do século IV a.C pode-se perceber o indicativo de uma divisão do trabalho desatrelada da condição de *status*, diferentemente daquilo que é proposto nos modelos de cidade ideal de Platão e Aristóteles. Na democracia ateniense real, metecos, cidadãos pobres, escravos e libertos compartilhavam muitas vezes os mesmos espaços de trabalho e não há coincidência entre *status* e ocupação. (cf. Mansouri, 2011). É importante ressaltar esse aspecto de complexificação, pois ele põe em xeque boa parte das análises que primam, exclusivamente, por analisar a democracia de Atenas pelo viés do *status*, advogando inclusive a não existência de classes sociais nesta sociedade.

Estudos que rastrearam a documentação disponível especificamente em busca de informações acerca dos mercadores argumentam que não havia uma relação direta entre o *status* e o ofício do mercador na Grécia Antiga (Reed, 1993). Portanto, faz-se necessária uma abordagem que não se limite a encarar o quadro social políade apenas com relação ao *status* das pessoas que o compunham, mas que priorize o uso de outra categoria analítica que dê conta não apenas das divisões e disputas políticas que havia dentro do corpo de cidadãos, mas também das disputas, das lutas que colocavam frente a frente aqueles que exploravam e os que eram explorados no processo de produção e circulação da riqueza dessa sociedade. Sendo assim, no enfoque de classe que se faz necessário estão frente a frente aqueles que exploravam o trabalho alheio, seja na forma de renda ou da escravidão e aqueles que não podiam sobreviver sem submeter seu trabalho a outrem. É nesse embate entre possuidores e despossuídos dos meios de prover sua própria existência, entre ricos e pobres, que pretendo inserir o grupo dos mercadores e descobrir seu papel no desenvolvimento histórico da democracia de Atenas.

Até o momento é possível concluir que havia pessoas na Atenas do século IV a.C. que conseguiam viver à margem da produção e ainda angariar grande riqueza e poder de influência política (o que, afinal de contas, é o que importa em todas as sociedades estratificadas no pré-capitalismo: o poder de controlar e influenciar outros homens). É necessário lembrar que o lucro obtido pela compra e venda de mercadorias (maneira pela qual, essencialmente, os mercadores faziam as suas fortunas) não acrescenta riqueza àquilo que podemos chamar de “riqueza social”, ou seja, comprar um produto mais barato para vender mais caro, mas apenas desloca determinada quantidade de valor de um lugar (social e geográfico) para outro. Não é possível haver crescimento comercial única e exclusivamente pelo aumento da atividade dos mercadores e intensificação das atividades na esfera da circulação dos bens; pelo contrário, esses bens precisam ser produzidos e é sempre na esfera da produção que se produz o valor e a riqueza que serão realizados na troca e, no caso do pré-capitalismo, primordialmente no consumo. Diferentemente da lógica que vigora no capitalismo, a famosa D-M-D’ (com dinheiro se compra mercadoria, dentre as quais principalmente a mercadoria força de trabalho, inexistente como mercadoria no pré-capitalismo enquanto mercadoria e, no fim do ciclo se obtém “mais-dinheiro”, ou seja, se recupera o investimento e ainda o ultrapassa através do consumo produtivo da única mercadoria capaz de criar valor: a já citada força de trabalho (Marx, 2008)), no pré-capitalismo a lógica produtiva é regida pela produção de valores de uso, não de valor (de troca). Portanto, a equação M-D-M (mercadoria, dinheiro, mercadoria) preside a lógica das trocas para a maioria das pessoas. Os mercadores, por viverem nos interstícios dessa sociedade, ou seja, as invaginações nas quais predomina uma lógica de valor de troca em uma sociedade regida pela produção e consumo de

valores de uso; por viverem nessas importantes ranhuras, os mercadores seguem a lógica D-M-D'. No entanto, entre as mercadorias disponíveis no mercado, não se encontra a força de trabalho e o “mais dinheiro” só pode ser obtido de uma maneira: compra-se barato e vende-se caro. É dessa diferença, que normalmente segue uma lógica de oferta e demanda, que o mercador acumula sua riqueza. Ele não a produz, portanto, mas desloca, atrai para si riqueza social produzida em outro ponto da cadeia.

A autarquia só se cristaliza no imaginário grego, no entanto, porque há uma realidade material que condiciona a formação desse tipo de ideal. Sejam os palácios micênicos, as *pólis* do período arcaico, clássico ou helenístico, o objetivo autárquico esteve presente na mentalidade do grego. Por outro lado, assumiu formas históricas diferentes nestes diferentes momentos. Durante o período clássico o ideal da autarquia pode ser percebido em dois níveis (cf. Austin & Vidal-Naquet, 1977; Finley, 1980). Em primeiro lugar no nível do *oikos*. O território ático, aquele sob o domínio de Atenas durante os séculos V e IV a.C, é um território cujo solo não é propício para um cultivo variado com o nível das forças produtivas do período. Apesar de conter uma certa gama de produtos primários, a colheita era sempre muito vulnerável às variações climáticas (cf. Bresson, 2007). A possibilidade de manter uma casa – no sentido alargado que inclui os bens, a família e os escravos – sem recorrer à troca era ínfima. O mercado interno com vistas à satisfação das necessidades básicas dos camponeses é, portanto, de grande importância para a existência desse ideal de autarquia. Autarquia era compreendida pelo cidadão grego, portanto, não como “produzir sozinho tudo o que é necessário”, mas poder prover ou fazer com que lhe povessem tudo aquilo que é necessário sem estar submetido, para tal fim, a outro homem. Além disso, por conta do processo de luta de classes através do qual o território foi retalhado para que o campesinato passasse a ter acesso à terra, o latifúndio, ao contrário do caso romano, não só existe em menor escala como tem uma função social muito menos importante (cf. Wood, 1988). Aqui chegamos ao segundo nível da autarquia grega: aquele da *pólis*. Atenas vivia a contradição de ser centro de um império no século V a.C, ainda grande potência após as revoluções oligárquicas no fim da Guerra do Peloponeso e restauração da democracia, que voltou vigiu durante o século IV a.C, mesmo sem ser capaz de produzir uma quantidade necessária de grãos para suprir suas necessidades internas. O paradoxo da autarquia com a dependência externa teve duas soluções diferentes ao longo dos quase 200 anos de democracia: no século V a.C os impostos recolhidos por Atenas das cidades sob seu domínio, bem como os butins de duas grandes guerras que perpassaram quase todo o século, eram uma grande fonte de renda que permitia a manutenção do sistema, até porque estavam sob seu domínio regiões cerealíferas importantes (ao menos mais importantes do que a própria Atenas). No século IV a.C, o Estado toma para si, cada vez mais, a tarefa de legislar sobre e fiscalizar o comércio de grãos de longa distância, pois, perdido o domínio direto de Atenas sobre regiões cerealíferas, passava pelo comércio a saída necessária para a manutenção de seus habitantes (Garnsey, 1989).

É possível concluir, portanto, que mercado e produção agrícola, em dois níveis diferentes, se articulam, na Atenas Clássica, pela lógica do valor de uso. Há relatos diversos da ocorrência de variações bruscas nos preços dos cereais em períodos de guerra, variação climática que punha a perder uma colheita, etc... mas esses acontecimentos fugiam à esfera do mercado. Alguns mercadores logicamente barganhavam, davam golpes de seguro, tentavam tirar vantagens individuais de situações de escassez, mas só chegamos a ter conhecimento dessa informação através das medidas de punição, da perseguição, processos em tribunais públicos, enfim, do cerceamento do

Estado, que no caso de uma democracia direta se confunde não só com o corpo dos cidadãos, mas com todos aqueles que vivem na sociedade, a essa prática.

A lógica de reprodução do campesinato ateniense se confundia com a lógica de reprodução da sociedade ateniense como um todo enquanto uma democracia. O comércio era parte intrínseca da reprodução deste sistema, mas estava subordinado, a todo momento, a desenvolvimentos históricos que fugiam à sua esfera de influência. A produção preponderava sobre a circulação (da qual o comércio era apenas uma das formas de manifestação no seio dessa sociedade). Tanto o mercado interno quanto o externo estavam sujeitos às contingências das relações políticas entre as *póleis*, da busca por hegemonia regional, do processo de lutas do campesinato por acesso ainda mais amplo à terra, das relações de hospitalidade e hostilidade com povos não-gregos. Ao contrário do que defendem os autores modernistas, não houve capitalismo na Grécia Antiga porque a lógica da produção econômica e social jamais poderia ter sido dominada pela produção incessante de valor em uma sociedade cujo trabalho ainda estava estritamente relacionado às atividades específicas que determinados grupos de pessoas exerciam. O movimento da História no pré-capitalismo, e a Grécia Clássica não é uma exceção, aparece como sendo impulsionado por relações entre os homens e dos homens com a natureza na resolução de problemas contingentes que ameacem ou favoreçam a reprodução social. E aparece assim porque, diferentemente do capitalismo, ocorre de fato assim. O desenvolvimento do desenvolvimento econômico da Grécia Antiga passa, necessariamente, pelo estudo das relações sociais que conduziam a lógica do desenvolvimento geral daquela sociedade.

Atualmente estamos andando em círculos. A derrocada imposta ao marxismo, desde quase sempre, nas ciências econômicas e a própria evolução social do capitalismo, que se reinventando cotidianamente conseguiu se impor como forma hegemônica de viver e pensar, fez com que surgisse a ilusão de que a Economia poderia explicar a História. A Economia, no sentido de uma ciência econômica, pode explicar como devemos operar no interior do capitalismo, como se deve gerir essa grande quimera que se torna cada vez mais incontrolável e impiedosa com seus próprios criadores, os seres humanos. Mas ela não pode explicar como surgiu o capitalismo. Não pode explicar como se formaram os mercados que viriam a confluir em um único mercado capitalista mundial. Não pode explicar o real funcionamento das engrenagens desse sistema, pois para atingí-los é necessário extrapolar a alienação da relação entre coisas e perceber que o capitalismo é um modo-de-produção, portanto uma maneira historicamente determinada de os seres humanos se relacionarem entre si e com a natureza. Um historiador não pode negligenciar esse fato quando se debruça sobre as sociedades do passado. Ele pode, no entanto, dizer que a Atenas Clássica era capitalista e, portanto, é possível utilizar a ciência econômica para dar conta dessa realidade, muito embora o potencial utilitário da ciência econômica, muito embora me pareça pouco interessante querer gerir uma sociedade que acabou há mais de dois mil anos.

Não será possível dar mais nenhum passo à frente na nossa compreensão da economia grega antiga, e de outras economias pré-capitalistas, sem levarmos em conta as questões que a própria ciência econômica teve de enfrentar diante das críticas do marxismo; e que seus herdeiros parecem deliberadamente ignorar. O que é mercadoria? O que é um mercado enquanto instituição? Quais são as condições históricas necessárias para o surgimento de um mercado? O que a ausência de trabalho abstrato, nos termos colocados por Marx, implica para o pré-capitalismo? Essa ausência foi real, de fato? Como era o circuito produção-circulação-consumo? Havia capital antes do capitalismo? Todas essas são questões em aberto. Mas é preciso que os historiadores voltem a se interessar por elas. E algumas estão sendo pesquisadas, como, por exemplo, a questão do trabalho abstrato na Roma



Antiga, interpelada por Jean Andreau. Chegamos a um ponto que não pode ser superado por inovações metodológicas. As fontes podem ser viradas e reviradas pelo avesso através das mais diversas metodologias possíveis e imagináveis. As respostas que queremos, que nos fazemos há mais de um século, só começarão a surgir quando a historiografia acerca da economia antiga voltar a pensar teoria.

O arcabouço teórico disponível e utilizado tem demonstrado poucos resultados. Ainda discutimos as mesmas questões e não estamos perto de nenhuma conclusão. Consensos são estabelecidos em pequenos guetos e, quando se confrontam, protagonizam eternos diálogos de surdos. O marxismo, das poucas vezes que foi pensado juntamente com a Grécia Antiga, rendeu clássicos, respostas que até hoje ecoam (cf. Ste Croix, 1981; Wood, 1988). A Guerra Fria terminou há 20 anos. E o marxismo continua dando respostas úteis, científicas, em todas as áreas das ciências sociais e humanas. Já passou do momento de a Economia Antiga ler, pensar e dialogar com Marx, como faz com tantos outros filósofos. Talvez esteja aí uma possível saída, mesmo que parcial, para algumas das grandes questões que atormentam os historiadores da economia grega antiga há tantas décadas.

### **Bibliografia citada:**

- Andreau, J. (2002) "Twenty years after Moses I. Finley's *The Ancient Economy*." In: Scheidel, W.; Von Redden, S. (eds) *The Ancient Economy*. New York: Routledge. Pp. 33-49.
- Austin, M. & Vidal-Naquet, P. (1977) *Economic and Social History of Ancient Greece: An Introduction*. California: University of California Press.
- Bresson, A. (2007) *L'économie de la Grèce des cités*. 2v. Paris: Armand Colin.
- (2003) "Merchants and Politics in Ancient Greece: Social and Economic Aspects." In: Zaccagnini, C. (ed.) *Mercanti e Politica nel Mondo Antico*. Roma: L' Erma. Pp. 139-163.
- Cartledge, P. (1983) "Trade and Politics' revisited: Archaic Greece." In: Garnsey, P., Hopkins, K. & Whittaker, C. (eds) *Trade in the Ancient Economy*. London: Chatto & Winus. Pp. 1-15.
- Finley, M. (1980) *A Economia Antiga*. Porto: Afrontamento.
- Garnsey, P. (1989) *Famine and food supply in the graeco-roman world – responses to risk and crisis*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Hasebroek, J. (1933) *Trade and Politics in Ancient Greece*. London: G. Bell and sons Ltd.
- Mansouri, S. (2011) *Athènes Vue par ses Métèques (V-IV siècle av. J.-C.)*. Paris: Tallandier.
- Marx, K. (2008) *O Capital: crítica da economia política*. 6v. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Marx, K. & Engels, F. (2007) *A Ideologia Alemã*. São Paulo: Boitempo.
- Meikle, S. (2002) "Modernism, Economics and the Ancient Economy." In: Scheidel, W. & Von Redden, S. (eds) *The Ancient Economy*. New York: Routledge. Pp. 233-250.
- Melo, G. (2010) "Do paradoxo das aparências à superação dialética: o Materialismo Histórico como alternativa para o estudo da economia grega antiga." Comunicação no congresso *Tempus Fugit*, realizado na UFF, em Niterói. Enviado para publicação.
- Morley, N. (2007) *Trade in Classical Antiquity*. New York: Cambridge University Press.

- Polanyi, K. (1976) *Comercio y Mercado en los Imperios Antiguos*. Barcelona: Labor Universidad.
- Ste Croix, G. (1981) *The Class Struggle in the Ancient Greek World*. New York: Cornell University Press.
- Tandy, D. (1997) *Warriors into Traders: The Power of the Market in Early Greece*. California: University of California Press.
- Whitby, M. (1998) "The grain trade of Athens in the fourth century BC." In: Parkins, H. & Smith, C. (orgs.) *Trade, Traders and the Ancient City*. New York: Routledge. Pp. 99-124.
- Wood, E (2003) *Democracia contra capitalismo: a renovação do materialismo histórico*. São Paulo: Boitempo.
- (1988) *Peasant-Citizen and Slave: The Foundations of Athenian Democracy*. New York: Verso.

## Comentarios

*Carlos García Marc Gaw*: Como tenemos tiempo, me parece que vale la pena hacer un debate de cada uno de los trabajos, porque si lo dejamos para el final la particularidad de cada una de las exposiciones se perderá. Quiero señalar algunos temas sobre el trabajo de Gabriel [Da Silva Melo], que me pareció muy estimulante. Como él dice es, en principio, un estado de la cuestión sobre la problemática de la economía en el mundo griego y, en particular, en Atenas clásica. Claramente, los aspectos centrales de esta discusión han sido puestos sobre la mesa. Sobre estos elementos hay varias cosas para decir o meditar. Quizás por una cuestión de edad, él quiere llegar a conclusiones, lo cual es muy difícil; por eso me parece mejor reflexionar, eso es lo importante y, en última instancia, lo que él está haciendo. Aunque no lleguemos a conclusiones concretas o definidas, recapacitar sobre estas problemáticas nos abre el camino para una comprensión más clara de las sociedades antiguas.

No estoy de acuerdo con lo que dijo Gabriel [Da Silva Melo] sobre el lugar del marxismo en las ciencias sociales. Es cierto que esta doctrina como teoría y práctica política (los partidos comunistas, etc.) entró en crisis, especialmente con la caída de la cortina de hierro y el muro de Berlín. Ahora no creo que esa situación se haya trasladado al plano teórico y a la reflexión histórica. Pienso que el marxismo tiene una presencia muy fuerte en las ciencias sociales, en la historia, en la sociología, y creo que es la herramienta que tiene más potencialidad teórica, por lo menos en el campo de la reflexión histórica. En realidad, considero que no hay otras teorías de la sociedad igualmente plenas o acabadas como la del materialismo histórico. Y por eso, en ese aspecto, me parece a mí que esta crisis no es tal y el hecho de que tengamos esta reunión, hablemos de sociedades precapitalistas, él piense cómo está pensando, al igual que nosotros, en realidad expresa que esta forma de reflexión no ha perdido demasiado espacio. Distinto es el plano de la acción política.

Quiero tomar algunos aspectos centrales de su exposición. En principio, la misma gira alrededor de la centralidad del comercio en la comunidad griega, en particular, en la sociedad ateniense de la época clásica. No voy a entrar en la discusión entre primitivistas y modernistas, que él ha planteado claramente. Si uno está tratando de usar esto como un escalón para una consideración más amplia, el lugar del comercio en la sociedad griega lleva a la reflexión de la economía en dicha sociedad y, en términos más generales, el lugar de la economía en las sociedades precapitalistas. Él realmente ha hecho una crítica a las perspectivas clásicas, especialmente de la economía neoclásica, que se ha desarrollado también en el ámbito de la historia. Su estudio parte de la supuesta naturalidad de las relaciones capitalistas como forma para comenzar a pensar las

relaciones sociales (esto es una crítica que hacía Marx), lo cual no es natural, sino un producto histórico. Pero el lugar de la economía en las sociedades precapitalistas es un tema que Marx no desarrolló. En todo caso, tiene algunas ideas dispersas en la obra y acá no se puede ser muy ortodoxo porque no se puede apelar a *lo que dice Marx* sobre lo que no está dicho. Ese sitio de la economía ha sido objeto de reflexión en los últimos años -especialmente desde la década del '60 en adelante- desde dos grandes problemáticas historiográficas: la primera, la transición del feudalismo al capitalismo, y la segunda -posterior a la década del '60- relacionada con el proceso de descongelamiento de la Unión Soviética. Hubo un desarrollo más abierto en las intelectualidades europeas y americanas sobre el papel que la economía y la lucha de clases tendrían en las sociedades anteriores al capitalismo y donde el modo de producción asiático fue retomado (textos de Marx que habían sido abandonados). En consecuencia, la problemática del modo de producción asiático llevó nuevamente a la profundización de la reflexión sobre el papel de la economía en las sociedades precapitalistas. Este lugar de la economía es central y, volviendo a la exposición de Gabriel [Da Silva Melo], me parece que seguir planteando un conflicto entre un enfoque desde las clases y su papel en las sociedades antiguas y el lugar que tiene el ordenamiento del estatus, sigue reproduciendo una discusión que no puede terminar en ese plano. Ese conflicto no puede ser resuelto porque, en última instancia, es un problema mal planteado. Creo que Jean Andreau en ese artículo que vos citaste (Andreau, 2002), en cierto sentido apela a esto, aun sin ser marxista él utiliza las herramientas del materialismo histórico. Pero considero muy interesante una de las cosas que ha hecho Andreau en parte de su producción historiográfica: una historia comparativa entre la época del antiguo régimen con el estudio de la economía romana, que es su especialidad, justamente para ver de qué manera los aspectos que giran alrededor de lo que nosotros llamaríamos, lo que Finley llamaba, criterios de estatus tienen una incidencia en el comportamiento económico. Esto me parece que es central para pensar la economía en el mundo antiguo. Gabriel [Da Silva Melo] apeló a Polanyi, que habló de una “economía encriptada” en las sociedades antiguas. Creo que habría que repensar ese criterio de encriptamiento, o como diría Maurice Godelier, instituciones que funcionan como si fueran relaciones económicas. Este autor hace una apelación a la paráfrasis y dice que, ciertas prácticas, por ejemplo las prácticas parentales, funcionan *como si* fueran relaciones económicas. Esto tiene que ver con la reflexión del lugar de la economía en las sociedades antiguas. Entonces el estatus, que Andreau estudió para el Antiguo Régimen y para la sociedad romana con bastante profundidad, tiene una incidencia en el comportamiento de los agentes económicos que no se puede evitar. O sea, para pronunciarse sobre el conflicto de clases, obviamente, se debe hablar de la relación que hay entre productores y medios de producción, entre productores y no-productores, aspectos que Gabriel [Da Silva Melo] señaló. Sin embargo, no se puede hacer abstracción del lugar, donde esas relaciones sociales de producción tienen las representaciones sociales imaginarias del estatus, que operan activamente sobre esas relaciones económicas. Por eso decía que el conflicto entre estatus y clase no se puede resolver planteándolo como dos cosas antagónicas porque en las economías precapitalistas funcionan justamente estos dos criterios a la vez. Lo que hay que ver es cuál es la lógica de funcionamiento.

Entonces, creo firmemente que tanto en la sociedad griega como en la romana, la lucha de clases está mediada o expresada por relaciones políticas, en las cuales las cuestiones de estatus son muy importantes y dominantes se podría decir. Por eso, el alcance de la autarquía en el *oikos* (o en una *pólis*) y las contradicciones entre ésta y las ideas o representaciones que los propios griegos tenían, se puede analizar desde el papel que la política y la economía tienen en relación con esas

voluntades o concreciones de la autarquía. Gabriel [Da Silva Melo] hizo una correcta apelación al papel de los botines de guerra y al rol del estado en el control del desarrollo ya en el siglo IV, o más tardíamente en la época clásica, presionando en las relaciones económicas, lo cual está mediado permanentemente por los intereses políticos. Esto puede verse en la intervención activa del estado en las necesidades de la comunidad para controlar relaciones comerciales que afectan a lo que nosotros llamaríamos las relaciones económicas más amplias, es decir, el interés de la economía de la *pólis*. A tal punto el papel de los botines de guerra (mecanismo de financiación) aparece como un dato, que nosotros podríamos llamar el balance económico externo de la sociedad ateniense (sobre todo en la época del imperialismo, de la gran expansión, de la época de Pericles en adelante). Entonces, la cuestión del lugar de lo político en relación con lo económico hay que pensarla como una articulación y no como una contradicción. Gabriel [Da Silva Melo] no dijo expresamente lo contrario, pero yo lo reafirmaría, sobre todo cuando uno empieza un estudio sobre la economía, que trate de superar el plano que hasta ahora se ha alcanzado.

Lo segundo, que me parece un tema central para el trabajo que él desarrolle en un futuro, es el papel de los mercados precapitalistas en el comercio, ya que aquí hay algo interesante que se desarrolla en los últimos años a partir de ciertos autores como Peter Bang (2008), quien plantea una vuelta de tuerca sobre la reflexión del papel de los mercados. Ya no es solamente el papel del comercio, sino que cuando hablamos de mercados los criterios de la economía neoclásica nos han impuesto un criterio como si tuviera, al igual que otras relaciones, una existencia natural, es decir, como si la forma capitalista fuera la forma normal del mercado y, muchas veces, se parte de este supuesto para el estudio de las actividades económicas. Pienso que es muy llamativa la idea de Bang, quien plantea un funcionamiento de mercado que no se basa en la lógica capitalista, donde los agentes económicos no operan sobre el mismo criterio de ganancia y de acumulación. Por eso, en lugar de hablar de mercados, él habla de *bazaar*, apelando a la forma de organización de mercados precapitalistas como los de la India en el siglo XVI y XVII, haciéndolos extensivos, en un estudio comparativo, para la sociedad romana. A este factor lo considero muy importante para comenzar a pensar la forma de acción de los mercaderes y de funcionamiento de los mercados, sobre todo en sociedades que no funcionan con la lógica de mercado. Si las sociedades precapitalistas no funcionan con esta lógica es imposible pensar que los mercados imponen la dinámica, por lo cual su lógica tiene que ser algo distinto.

El tercer aspecto vital para debatir es la cuestión de la ley del valor, en el funcionamiento de las sociedades precapitalistas, aunque no puedo desarrollar mucho sobre el tema. Es decir, el alcance que tiene la reflexión sobre el lugar de una economía, que produce valores de uso en lugar de valores de cambio y el funcionamiento de la ley del valor. Octavio Colombo, colega aquí presente, trabajó bastante esto en su tesis, sin llegar finalmente a una conclusión, pero a lo mejor él puede ampliar sobre el tema. O sea, ¿hasta qué punto se puede afirmar categóricamente que la ley del valor no opera o de qué forma opera con una lógica de funcionamiento distinta de las relaciones capitalistas? Y esto nuevamente supone considerar el alcance de las relaciones económicas en las sociedades precapitalistas.

*Octavio Colombo:* Hay otro tema que yo querría mencionar, antes de expresarme sobre la ley del valor, ya que tengo una visión más pesimista todavía que Gabriel [Da Silva Melo] sobre la crisis del marxismo, pero no vamos a extendernos sobre eso, porque nos podemos deprimir (risas).

He trabajado la Baja Edad Media, mercados campesinos y básicamente -para hacer un aporte que tenga una utilidad más general- revisé fuertemente el planteo que está sobre todo en Engels y, en parte, en algunos pasajes de Marx (especialmente el Tomo III de *El Capital*) en torno a la validez precapitalista de la ley del valor. Llegué a la conclusión de que había que revisar el planteo de Engels sobre esta cuestión, es decir, que en períodos anteriores al capitalismo desarrollado y a la formación de la tasa media de ganancia, las mercancías se habrían intercambiado en forma proporcional a los tiempos de trabajo invertidos en la producción. En realidad, esta posición ya estaba en Ricardo, quien lo planteaba como válido tanto para estadios primitivos como para las economías modernas, y en Smith, quien lo restringía a un estadio primitivo. Ésa sería una discusión más de citas, yo creo que hay otros desarrollos en otras partes de la obra de Marx, que permiten sostener una posición distinta. Básicamente, si los intercambios en tiempos precapitalistas hubieran estado regulados por los tiempos de trabajo invertidos, esto lo que hace es anular, en parte, el problema que mencionaba Carlos [García Mac Gaw] en torno a la especificidad histórica de los mercados y, de hecho, universaliza lo que constituye el principio de desarrollo fundamental de la sociedad capitalista, que es la ley del valor. Este planteo tuvo un particular éxito por la lectura que se hizo del capítulo uno, y en general de la primera sección del Tomo I de *El Capital*, como si allí Marx se hubiera referido a una sociedad de producción mercantil simple. Con esa noción, uno podía pensar que había una sociedad de productores mercantiles sin capitalismo o sin trabajo asalariado y que, con eso, era suficiente para postular la ley del valor, el fetichismo, etc. Esa lectura, como si *El Capital* tuviera un orden histórico en su organización y no un orden lógico, llevó a la idea de la validez precapitalista de la ley del valor, que fue desarrollada por Engels en el apéndice que escribe al Tomo III. Creo que hay que revisar esa posición con profundidad e historizar el concepto de valor, considerándolo en su forma desarrollada, de la manera planteada por Marx, como un principio de organización del trabajo y de distribución del trabajo social en las sociedades capitalistas avanzadas y no como un problema de una teoría de los precios, que es en realidad el problema analizado por los neoclásicos, pero no los marxistas. La preocupación obsesiva por si los intercambios eran o no proporcionales a los tiempos de trabajo es prácticamente una inquietud por los precios. En realidad, el problema del valor se traduce en cómo se organiza la distribución del trabajo social en una sociedad basada en la propiedad privada y, por lo tanto, en la anarquía en la producción.

Esto es lo que debería revisarse a mi juicio y, en efecto, estoy de acuerdo con el planteo de Carlos [García Mac Gaw] en cuanto a que hay que desarrollar una concepción radicalmente historicista de los intercambios y de los mercados precapitalistas y analizar o comprender su forma de funcionamiento en economías muy imbuidas por aspectos que en una economía capitalista consideraríamos como ajenos a las relaciones sociales de producción. Yo diría relaciones sociales de producción, porque cuando hablamos de economía -eso es lo que nunca me cerró del famoso planteo de Polanyi sobre el tema del lugar de la economía- exige definir qué es, lo que obliga a elaborar una definición abstracta de la “economía”, de validez universal y por lo tanto al margen de las relaciones sociales concretas. En lugar de esto, se puede hacer una definición de relaciones sociales más amplia, relaciones sociales de producción, que incluyen o excluyen distintos elementos en distintas sociedades y vincular a partir de ahí el funcionamiento histórico de los mercados a cada coyuntura histórica.

Hay otra cosa que también constituyó o constituye un peso nocivo, sobre la cual se debe profundizar más y es la cuestión de la lógica de la persecución de valores de uso. Todos estamos de acuerdo con esa idea (M - D - M), sin embargo, hay que evitar caer en la dicotomía en la cual

tenemos un capitalismo, que constituye la última media hora de la historia humana (en el que la lógica es D - M - D) y donde todo lo demás, incluso sectores sociales que forman parte de la sociedad capitalista, como la clase obrera, se mueven con la fórmula Mercancía - Dinero - Mercancía, es decir, con la obtención de valores de uso. Ese principio, que es correcto para marcar la diferencia radical entre sociedades capitalistas y precapitalistas, al querer profundizar en sociedades históricas o lo especificamos y marcamos la diferencia concreta a la que refiere siempre Marx, cuando remite a un análisis, o hacemos una gran nebulosa, donde desde el campesino ático del siglo V hasta el campesino medieval tributario del siglo XIV o el señor feudal, todo se mueve con una lógica de obtención de valores de uso. En ese sentido, me parece una abstracción que hay que historizar, a riesgo de ocultar diferencias, que son cualitativas y fundamentales.

*Mariano Requena:* Retomando el trabajo y los comentarios de Carlos [García Mac Gaw] y Octavio [Colombo], me parece que la discusión sobre el mercado, la ley del valor o la posibilidad de pensar el intercambio podrían tener en cuenta lo señalado por Aristóteles, donde el intercambio de las mercancías implica la igualdad. Aristóteles ya había escrito pasajes sobre este punto<sup>3</sup>, que incluso algunos retoman, sobre todo los neoclásicos, sosteniendo que ha sido el primero en pensar la teoría del valor, como Jevons y otros (Van Johnson, 1939. Soudek, 1952. Kauder, 1953. Gordon, 1964). Desde el punto de vista contemporáneo, al menos desde el marxismo, el intercambio está dado por lo que señala Octavio [Colombo], los tiempos de trabajo necesarios. Obviamente, Aristóteles no da una respuesta definitiva, ni él tampoco queda satisfecho con las que intuye o, al menos así, parece inferirse. Aquí entra el tema de la esclavitud como aquello que le niega la resolución del problema. Porque justamente Aristóteles critica lo que él considera un exceso, desde el punto de vista del mercader o del comerciante. Para él, el comercio, el intercambio, la satisfacción de una necesidad tiene un límite: llenar esa necesidad. Él critica la forma Dinero - Mercancía - Dinero en la cual no hay límites -dice Aristóteles- y, por lo tanto, a él se le presenta como un exceso reprobable, al menos desde el punto de vista de la política, de la ciudad. Al trabajar este tema, al pensarlo desde la propia *pólis*, cómo se ubican estos sujetos y cómo actúan, también, en el marco de una teoría más general de las sociedades precapitalistas, se tiene que pensar qué es lo que hace a la igualdad del intercambio en un contexto donde la ley del valor no opera como en el capitalismo. Pienso que tiene que ver con esta doble dimensión en donde, si bien es cierto que hay una economía en la cual no hay una acumulación de capital, no es menos cierto que la dinámica en términos de Dinero - Mercancía - Dinero, la pretensión de acumular otro tipo de bienes cuya utilidad no esté dada por su uso, sino por su acumulación, también es una realidad a la cual ellos se han enfrentado.

*Carlos Astarita:* Yo quería agregar dos cuestiones con respecto a esto. Una, me parece muy importante plantear la diferencia de lógicas de consumo. Digo esto porque una problemática es la lógica de consumo del campesino y otra, la lógica de consumo señorial suntuario, de un consumo políticamente motivado, y esa es toda una dimensión del problema a tratar.

La segunda cuestión es que, en el problema del no funcionamiento de la ley del valor mercantil, que acaban de comentar, está el problema del trabajo. Creo que lo que tenemos que

---

<sup>3</sup> E. N., 5.5 y ss.; Pol., 1.9 y ss.

pensar prioritariamente es por qué el trabajo abstracto no constituye la sustancia del valor en sociedades precapitalistas, o mejor, por qué constituye la negación relativa del problema del valor de cambio. Porque no hay una negación absoluta del valor de cambio, sino que hay una situación límite, en la cual el valor de cambio al mismo tiempo que se afirma se niega. Si tuviéramos una negación absoluta del valor de cambio, no podría comprenderse la existencia del capital mercantil ni la de un equivalente general. Entonces la primera problemática, creo, es pensar en cuáles son las condiciones históricas que llevaron a que no funcione el trabajo en su carácter abstracto general en sociedades precapitalistas. Sobre esto pienso que hay que hacer una doble diferenciación: una, la casi inexistencia de un trabajo concreto, el cual es negado sistemáticamente por la actividad de la naturaleza sobre la del campesino, en la medida en que ésta, la gran maquinaria natural, subordina el trabajo campesino a una especie de apéndice de las condiciones inorgánicas en las cuales se desarrolla la actividad humana. En realidad, aparece la problemática que está planteada en las *Formen* de Marx, cuando dice que el hombre es originariamente un apéndice del desarrollo de la naturaleza, es decir, ésta domina a la actividad humana –concepto de Marx, que lo ha retomado de Hegel y ya estaba en Ockham- En definitiva, ni siquiera ha aparecido en esas condiciones el trabajo como trabajo concreto en su plena dimensión. El segundo elemento está dado por la aparición del artesanado como actividad sistemática, donde el hombre ya no trabaja sobre la naturaleza sino sobre su producto y en ese momento, sí aparece en plenitud el trabajo concreto, que es la labor del molinero, del tejedor, del batanero, etc.; donde, a su vez, se muestra el carácter acabadamente teleológico del trabajo, es decir, el objeto primero es pensado y la mano lo materializa. En esa circunstancia, se manifiesta plenamente el carácter concreto del trabajo, a diferencia del trabajo campesino, en el cual el carácter concreto del trabajo está obstaculizado por el mencionado protagonismo productivo de la naturaleza, aun cuando el campesino procura realizar determinados fines. Esto se vincula con que solo en las condiciones del artesanado puede aparecer el carácter teleológico del trabajo en toda su dimensión, lo cual a su vez se relaciona con la base de la doctrina cristiana: el hombre domina sobre la naturaleza y mantiene una relación personal, absoluta e intransferible con Dios. Eso puede ser concebido en la medida en que hay una actividad que ha independizado al hombre de la naturaleza, porque el hombre está trabajando sobre su producto y no directamente sobre ella. Entonces ahí aparece el trabajo concreto. No aparece todavía el trabajo abstracto general, porque para que aparezca, tiene que haber libre movilidad de los trabajos concretos, para que se constituya realmente una sustancia única, el trabajo en carácter abstracto general, es decir, el trabajo como gasto de energía física y mental con prescindencia de su forma concreta. Por lo tanto, acá volvemos al problema que ha planteado Isaac Rubin, un marxista de los años '20 (hasta que los disgustos que su teoría le dio a Stalin lo hicieron desaparecer), que decía que el problema del trabajo no es un problema fisiológico, sino económico-social, histórico, y hay que situarlo históricamente (Rubin, 1982). Al hacerlo, remitimos a un problema central del marxismo que es la ontología del ser, la cual se define a partir del problema del trabajo, que tiene una importancia central. Quisiera decir, entonces, que lo que está en el fondo del problema del valor es, en realidad, esta cuestión, esta sustancia: el problema del trabajo, que debe ser visto en sus formas históricas diferenciadas, a través de evoluciones históricas también diferenciadas y específicas.

De todas maneras, creo que estamos muy bien en la discusión, porque abordamos los problemas claves del materialismo histórico y, esto, reafirma que el mismo tiene plena vigencia para el estudio de las sociedades precapitalistas y, por ende, para el estudio de nuestra sociedad. Podremos haber sido derrotados políticamente, pero estamos en la victoria teórica y esto nos tiene

que reconfortar.

*Gabriel da Silva Melo:* Bom, não vou comentar todas as intervenções porque senão a gente vai ficar aqui até de noite. Mas queria agradecer e perceber que esse espaço aqui é um espaço, como o Paulo [Pachá] falou, com o qual a gente não está tão acostumado, pois é um espaço de debate amplo. Muitas vezes nós apresentamos um trabalho em eventos de História Antiga ou de História Medieval e parece que não estamos falando na mesma língua que as pessoas que estão assistindo. E aqui, de fato, não estamos falando na mesma língua, mas estamos sendo muito melhor compreendidos.

Era basicamente isso... queria comentar também a brincadeira que o professor Carlos [García Mac Gaw] fez de que apesar das derrotas políticas o marxismo continua sendo uma ferramenta fundamental no plano teórico, mas também lembrar a frase do Marx de que “A arma da crítica não pode substituir a crítica das armas.” Então a gente tem que tentar fazer com que nosso potencial teórico, nosso potencial crítico, ganhe mais corações e mentes. Por isso que, quando eu falei, no trabalho, da avaliação sobre a pouca entrada que o marxismo tem hoje no Brasil, era justamente sobre isso: não é que o marxismo tenha perdido em qualidade ou que os trabalhos dos marxistas tenham, após a queda da URSS, perdido em qualidade. Mas o reconhecimento acadêmico por parte dos não-marxistas em relação ao nosso trabalho, a gente sente, pelo menos no Brasil –mas também de uma maneira geral é possível perceber isso na academia como um todo– ou mesmo o respeito com o trabalho, muitas vezes os trabalhos não são levados a sério, pois se acha que os marxistas ainda vivem nas décadas de 70, 80.

Por isso é muito bom travar esse diálogo nos espaços com os não-marxistas, mas também travar esse diálogo nos espaços onde as pessoas entendem e avançam nas proposições que a gente pretende colocar. São espaços diferentes, cada um com a sua importância.

*Carlos García Mac Gaw:* A continuación damos paso a la presentación de Mariano Requena.

*Mariano Requena:* Con este trabajo busco plantear un problema ideológico de funcionamiento de la ciudad-estado antigua, en particular la Atenas democrática, parafraseando a Carlos García Mac Gaw: las representaciones imaginarias de los lugares de estatus. En este sentido, me quiero concentrar en una mirada que, desde una perspectiva aristocrática, incluye en el marco de las relaciones esclavistas a los miembros libres y ciudadanos de la democracia ateniense; en general, a aquellos sectores que entran bajo la consideración de pueblo llano, pobres... aquellos que trabajan para vivir.

La historiografía ha trabajado este tópico (tal vez no de forma específica, pero siempre aparece algún señalamiento al respecto), en el cual la explicación suele partir de la ubicuidad, la generalidad de la esclavitud en la *pólis* y, en particular, como consecuencia de ello, una supuesta aversión al trabajo como marco de cierta ideología dominante.